



Resenha do artigo intitulado: A evolução do Direito Penal brasileiro relacionado aos crimes cibernéticos¹

Review of the article entitled: The evolution of Brazilian criminal law related to cyber crimes.

 ARK: 44123/multi.v5i9.1067

Recebido: 18/07/2023 | Aceito: 12/02/2024 | Publicado on-line: 20/03/2024

João Vitor Dias Naves²

 <https://orcid.org/0009-0007-7094-7370>

<http://lattes.cnpq.br/1118339463847460>

UniProcessus – Centro Universitário Processus, DF, Brasil

E-mail: jvitor.dn@outlook.com.br



Resumo

Esta é uma resenha do artigo intitulado “A evolução do Direito Penal brasileiro relacionada aos crimes cibernéticos”. Este artigo é de autoria de: Camila Cristina Gonzaga de Freitas; Jonas Rodrigo Gonçalves; Mateus Guimarães Torres. O artigo aqui resenhado foi publicado no periódico “Revista JRG de Estudos Acadêmicos”, no Vol. 6, edição n. 12, jan.-jul., 2023.

Palavras-chave: Anônimo. Direito Penal. Crimes Cibernéticos. Tecnologia. Velocidade.

Abstract

This is a review of the article entitled “The evolution of Brazilian criminal law related to cyber crimes”. This article is authored by: Camila Cristina Gonzaga de Freitas; Jonas Rodrigo Gonçalves; Matthew Guimaraes Torres. The article reviewed here was published in the journal “Revista JRG de Estudos Acadêmicos”, in vol. 6, issue no. 12, Jan.-Jul, 2023.

Keywords: Anonymous. Criminal Law. Cyber Crimes. Technology. Speed.

Resenha

Esta é uma resenha do artigo intitulado “A evolução do Direito Penal brasileiro relacionada aos crimes cibernéticos”. Este artigo é de autoria de: Camila Cristina Gonzaga de Freitas; Jonas Rodrigo Gonçalves; Mateus Guimarães Torres. O artigo aqui resenhado foi publicado no periódico “Revista JRG de Estudos Acadêmicos”, no Vol. 6, edição n. 12, jan.-jul., 2023.

Quanto aos autores deste artigo, conheçamos um pouco acerca do currículo de cada um deles. Muito do que compõe a formação ou a experiência de um autor

¹ A revisão linguística foi realizada por Érida Cassiano Nascimento.

² Graduando em Direito pelo Centro Universitário Processus – UniProcessus.

contribui para a reflexão temática dos temas aos quais se propõe a escrever. Conheçamos, então, um pouco sobre cada um dos autores.

A primeira autora deste artigo é Camila Cristina Gonzaga de Freitas. Graduada em Direito. Currículo Lattes disponível no link: <http://lattes.cnpq.br/8179035153258645>, e Identidade Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2202-3695>.

O segundo autor deste artigo é Jonas Rodrigo Gonçalves. Doutor em Psicologia; Mestre em Direitos Humanos (Ciência Política e Políticas Públicas); licenciado em Filosofia, em Sociologia e em Letras (Português e Inglês); Especialista em Direito Constitucional e Processo Constitucional, em Direito Administrativo, em Direito do Trabalho e Processo Trabalhista, entre outras especializações em Educação e Letras. Currículo Lattes disponível: <http://lattes.cnpq.br/6904924103696696>, e Identidade Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4106-8071>.

O terceiro autor deste artigo é Mateus Guimarães Torres. Graduado em Direito; Especialista em Direito Tributário. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5886682363154988>, e Identidade Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4959-2858>.

Este artigo é dividido nos seguintes capítulos: resumo, palavras-chave, *abstract*, *keywords*, introdução, desenvolvimento, considerações finais, referências.

A Era Digital trouxe avanços tecnológicos como microprocessadores, redes computacionais e fibra óptica, impulsionando a sociedade para uma nova era de informações e interações. No entanto, junto com essas inovações surgiram problemas, como crimes cibernéticos, que demandam proteção legal específica. O anonimato na internet dificulta a identificação dos criminosos e compromete a segurança dos usuários. Além disso, a Era Digital também trouxe impactos negativos, como a propagação de desinformação e o vício em redes sociais. Assim, é necessário que a sociedade e o sistema jurídico se adaptem e encontrem soluções eficientes para garantir a segurança e a proteção dos indivíduos nesse novo contexto tecnológico.

O tema deste artigo é “A evolução do Direito Penal brasileiro relacionado aos crimes cibernéticos”. Foi discutido o seguinte problema: “A necessidade de acompanhar o avanço tecnológico e as novas formas de crime na era digital, buscando uma proteção legal adequada”. O artigo partiu da seguinte hipótese: “A hipótese é de que o Direito Penal brasileiro tem passado por transformações e adaptações para lidar com os crimes cibernéticos, visando garantir a segurança e a proteção dos indivíduos nesse ambiente digital”.

Neste artigo, o objetivo geral foi analisar e discutir a evolução do sistema jurídico brasileiro no que diz respeito aos crimes cibernéticos, é analisar e discutir a evolução do sistema jurídico brasileiro no que diz respeito aos crimes cibernéticos. Os objetivos específicos foram: “Investigar a legislação brasileira existente relacionada aos crimes cibernéticos, analisando as leis, regulamentações e normas pertinentes; Avaliar a eficácia das medidas legais adotadas até o momento no combate aos crimes cibernéticos, identificando os pontos fortes e as lacunas existentes; Examinar os desafios específicos enfrentados pelo sistema jurídico brasileiro no enfrentamento dos crimes cibernéticos, como o anonimato online e a jurisdição transnacional; Analisar as tendências e os desenvolvimentos recentes no Direito Penal brasileiro relacionados aos crimes cibernéticos, considerando novas abordagens e propostas de legislação; Propor recomendações e sugestões para aprimorar o quadro jurídico brasileiro no que diz respeito aos crimes cibernéticos, visando fortalecer a proteção dos indivíduos e

combater a impunidade nesse contexto; Conscientizar sobre a importância da atualização constante da legislação penal brasileira para acompanhar o avanço tecnológico e os desafios emergentes no ambiente digital”.

A temática da pesquisa contou com a seguinte justificativa: “A justificativa profissional, científica e social para o estudo da evolução do Direito Penal brasileiro relacionado aos crimes cibernéticos reside na necessidade de atualização dos profissionais do Direito, na contribuição para o conhecimento científico e na compreensão dos impactos sociais causados pelos crimes cibernéticos. Esse estudo é relevante para garantir a segurança e a privacidade dos indivíduos, além de promover a confiança na utilização da tecnologia.

A metodologia utilizada para a construção da pesquisa utilizada no artigo aqui analisado envolveu uma pesquisa bibliográfica e documental para coletar informações sobre as leis, casos e jurisprudências relevantes. Esses materiais foram analisados criticamente para identificar tendências, desafios e lacunas no sistema jurídico brasileiro. Também pode ter havido uma abordagem comparativa com outros sistemas jurídicos. A rigidez e a confiabilidade da metodologia foram fundamentais para fornecer conclusões sólidas e contribuir para o conhecimento nessa área.

O avanço tecnológico na Era da Informação impulsionou a evolução da comunicação e, também, deu origem aos crimes cibernéticos. As condutas criminosas são cometidas utilizando computadores, internet e caixas eletrônicas, e suas consequências ultrapassam o âmbito virtual. No Brasil, os crimes cibernéticos têm se tornado motivo de preocupação devido à lucratividade envolvida e à crescente sofisticação das quadrilhas em contornar as medidas de segurança.

Existem dois tipos principais de crimes cibernéticos: aqueles que podem ser cometidos tanto com como sem o uso de tecnologia da informação, e aqueles que dependem exclusivamente do meio informático para serem considerados crimes. Com a facilidade tecnológica, os criminosos encontram maneiras de explorar a sociedade, causando prejuízos a pessoas inocentes. Embora muitos possam ter a ilusão de que a internet é um espaço sem restrições, é fundamental que a legislação penal tipifique as condutas e proteja os usuários.

O Direito Penal enfrenta o desafio de lidar com as novas práticas delitivas decorrentes da Era Digital, uma vez que essas condutas são extremamente prejudiciais e merecem atenção. Os criminosos utilizam uma variedade de técnicas para enganar suas vítimas, oferecendo recursos e manipulando-as para obter informações pessoais. O fácil acesso à internet permitiu que materiais criminosos, incluindo tutoriais que ensinam técnicas criminosas, fiquem disponíveis para qualquer pessoa. É importante fazer a distinção entre hackers e crackers, uma vez que os hackers utilizam seu conhecimento avançado em computadores e redes para ajudar outras pessoas, enquanto os crackers utilizam suas habilidades para práticas criminosas e desrespeitosas.

A polícia enfrenta desafios significativos na luta contra os crimes cibernéticos, uma vez que os criminosos estão cada vez mais preparados para cometer delitos na internet. A facilidade de falsificar identidades e a mobilidade dos infratores dificultam as investigações. É essencial que os policiais estejam habilitados e preparados para lidar com essas situações, além de contar com ferramentas táticas para identificar os cibercriminosos. Durante as investigações de crimes cibernéticos, a localização dos dispositivos utilizados é um requisito importante para identificar os criminosos.

A coleta de informações e detalhes fornecidos pelas vítimas é crucial para estabelecer conexões entre os eventos ocorridos no ambiente virtual. É essencial preservar todas as provas do crime e encaminhá-las para as autoridades policiais. Os

órgãos responsáveis elaboraram relatórios com todas as provas reunidas e solicitaram a colaboração dos provedores de conexão para obter dados que auxiliem nas investigações, sempre seguindo a autorização judicial para a quebra de sigilo de dados e acesso a informações.

Destaca-se a importância de distinguir hackers e crackers, com hackers utilizando seus conhecimentos em computadores e redes para ajudar outros, enquanto os crackers usam suas habilidades para atividades criminosas. A resenha enfatiza os desafios enfrentados pela polícia na investigação e combate aos crimes cibernéticos, devido à facilidade de falsificação de identidades e à mobilidade dos criminosos. Também menciona a importância da conscientização da sociedade sobre os perigos da internet e a necessidade de investir em políticas informativas e medidas de proteção.

Além disso, destaca-se a evolução da legislação brasileira para abordar os crimes cibernéticos, como a Lei n. 14.155/2021 (BRASIL, 2021), que estabeleceu penas mais severas para esses delitos. A resenha conclui que o sistema jurídico brasileiro está em constante evolução para lidar com os desafios dos crimes cibernéticos, buscando preencher lacunas existentes e proteger os usuários.

Referências

BRASIL. **Lei n. 14.155**, de 27 de maio de 2021. Altera o Decreto-Lei n° 2.848, de 7 de dezembro de 1940, que torna mais grave os crimes de violação de dispositivo informático, furto e estelionato cometidos de forma eletrônica ou pela internet; e o Decreto-Lei n° 3.689, de 3 de outubro de 1941, que define a competência em modalidades de estelionato. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14155.htm>. Acesso em: 28 maio 2023.

FREITAS, Camila Cristina Gonzaga; GONÇALVES, Jonas Rodrigo; TORRES, Mateus Guimarães. A evolução do direito penal brasileiro relacionado aos crimes cibernéticos. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. VI, n. 12, jan.-jul., 2023. Disponível em: <<https://n2t.net/ark:/57118/JRG.v6i12.520>>. Acesso em: 28 mai. 2023.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como elaborar uma resenha de um artigo acadêmico ou científico. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 3, n. 7, p. 95–107, 2020. DOI: 10.5281/zenodo.3969652. Disponível em: <<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/41>>. Acesso em: 27 maio 2023.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como escrever um artigo de revisão de literatura. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 2, n. 5, p. 29–55, 2019. DOI: 10.5281/zenodo.4319105. Disponível em: <<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/122>>. Acesso em: 28 maio 2023.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como fazer um projeto de pesquisa de um artigo de revisão de literatura. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 2, n. 5, p. 01–28, 2019. DOI: 10.5281/zenodo.4319102. Disponível em: <<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/121>>. Acesso em: 26 maio 2023.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Escolha do tema de trabalho de curso na graduação em Direito. **Revista Coleta Científica**. Vol. 5, n. 9, p. 88–118, 2021. DOI: 10.5281/zenodo.5150811. Disponível em: <<http://portalcoleta.com.br/index.php/rcc/article/view/58>>. Acesso em: 28 maio 2023.